

Museu do Casal
de Monte Redondo

EMIGRAÇÃO

“A segunda geração” de emigrantes:
perspectiva de integração e de
mobilidade social
numa comunidade rural

Jorge Carvalho Arroteia

6

Cadernos de Património
1998

Cadernos de Património
Museu do Casal de Monte Redondo

Conselho de Redação
João Moital
Jorge Arroteia
Fernando J. Moreira
Henrique Santos
Mário Moutinho

Secretariado:
Museu do Casal de Monte Redondo
Monte Redondo 2425 Monte Real Tel: 244 685159
ISBN - 972-98208-0-5

EMIGRAÇÃO

A “segunda geração” de emigrantes:
perspectiva de integração e de mobilidade social
numa comunidade rural

Índice	
0. Introdução	
1. A emigração Portuguesa	
1.1 Evolução e distribuição	
1.2 Características recentes	
2. Composição e análise do movimento	
2.1 A emigração de mão de obra	
2.2 O reagrupamento familiar	
2.3 Acolhimento e integração social	
2.4 O regresso	
3. Aspectos locais da emigração portuguesa a emigração na freguesia de Monte Redondo	
3.1 Apontamento histórico	
3.2 Nota sobre evolução demográfica	
3.3 Estrutura da população residente	
3.4 Evolução e características do fenómeno emigratório	
4. A "nova geração" de emigrantes	
4.1 Situação genérica	
4.2 Análise de uma população escolar	
4.3 Avaliação de um projecto	
4.4 Aculturação e integração	
5. Emigração e mobilidade social	
5.1 O fenómeno emigratório e a promoção social do emigrante	
5.2 Emigração e desenvolvimento humano	
Nota final	
Bibliografia	
Índice dos quadros	
Índice das figuras	

INTRODUÇÃO

O interesse pelos estudos referentes à "nova geração" de emigrantes constitui, na actualidade, uma das preocupações não só dos governos de países considerados há alguns anos importadores de mão de obra, mas também dos países de emigração como Portugal os quais se vêem confrontados com o regresso de famílias completas e de jovens emigrantes, que é necessário integrar no sistema educativo e no limitado mercado de trabalho que caracteriza as sociedades actuais.

Daí que se tenham vindo a encorajar vários estudos relacionados com esta problemática e se tenham procurado diversificar um conjunto de acções orientadas, principalmente para esta população, que embora nascida em Portugal ou filha de portugueses mas nascida no estrangeiro, se sente muitas vezes mais ligada a outro tipo de sociedade urbano-industrial onde viveu alguns anos que às terras de origem dos seus familiares.

De entre os vários exemplos conhecidos, levados a cabo com o patrocínio da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, conta-se, aliás, este breve trabalho, integrado numa linha de investigação que o Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (C.E.P.C.E.P.) da Universidade Católica Portuguesa desenvolveu no ano de 1986 e para a qual muito nos honra termos sido convidados a colaborar.

Sobre o tema em questão, sugerido e discutido previamente com o Sr. Dr. Carlos Alberto Laranjo Medeiros, membro da Direcção do C.E.P.C.E.P. não ousamos defender o seu interesse e actualidade: como país de emigração, Portugal tem visto partir e regressar um número elevado dos seus habitantes e uma grande percentagem destes encontra-se em fase de escolarização. Só desejaríamos, no entanto, realçar o seu significado: o de contribuir para o melhor conhecimento de uma das múltiplas facetas do fenómeno emigratório português, através da elaboração desta pequena monografia centrada, fundamentalmente, na análise dos aspectos sociais e humanos deste movimento numa comunidade rural - o casal de Monte Redondo.

1. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

1.1. Evolução e distribuição

Considerada por Serrão (1976) como uma "constante estrutural" da sociedade portuguesa, a emigração tem sido igualmente influenciada pela evolução não só da conjuntura internacional, mas de determinadas situações políticas e económicas internas, que têm condicionado a marcha daquele movimento. Assim aconteceu durante a segunda metade do século passado, quando ainda antes da abolição da escravatura no Brasil, em 1888, este país, a braços já com a falta de mão de obra provocada pelo alargamento das plantações, procurou colmatar essa lacuna através do recrutamento de portugueses, e de outras nacionalidades, que para aí acorreram em grande número. E a avaliar pelos dados contidos nas estatísticas oficiais, o número médio de emigrantes terá ultrapassado, entre 1911 e 1913, as 32.000 saídas anuais.

O mesmo veio a suceder em data mais recente, no final da 2a grande guerra com o enorme fluxo de saídas para os diferentes países da Europa, em particular para a França, a Alemanha e o Luxemburgo, provocadas pelas carências de mão de obra indiferenciada destinada à construção civil e obras públicas, à indústria e aos serviços domésticos e imprescindível para o processo de reconstrução e de expansão dos sistemas económicos, então em curso.

Em sentido inverso têm actuado as crises militares e políticas vividas durante o primeiro e o segundo conflitos armados e durante os períodos de recessão económica, como o que se viveu no início dos anos trinta ou já recentemente na década de setenta e que não deixa, ainda hoje, de se fazer sentir. Daí que se tenha assistido durante estes últimos anos a uma redução significativa dos fluxos emigratórios, não só do tradicional movimento transoceânico, dominado até aos finais dos anos cinquenta pelas saídas para o Brasil mas já da corrente intra-europeia, que se fortaleceu entre 1957 e 1974.

Do mesmo modo não podemos esquecer o movimento de saídas, igualmente influenciado pela expansão económica do pós-guerra com destino aos países do continente norte americano (E.U.A. e Canadá) ou mesmo ao continente africano (R. África do Sul, República do Zaire, Líbia, Argélia), registadas nas últimas décadas (QUADRO I)

QUADRO I — DESTINOS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA
(1950-1984)

CONTINENTE	PAISES	EMIGRANTES
ÁFRICA	R. África do Sul	16 476
	Rep. do Zaire	4 327
	Líbia	1 863
	Argélia	1 056
AMÉRICAS	Brasil	283 658
	E.U.A.	81 470
	Venezuela	59 951
	Canadá	50 518
	Argentina	12 345
ÁSIA	Israel	4 341
	Arábia Saudita	1 479
	Iraque	1 322
EUROPA	França	438 492
	Alemanha (R.F.)	133 053
	Luxemburgo	10 527
	Holanda	5 552
	Suíça	5 450
	Holanda	4 384
AUSTRÁLIA	Inglaterra	3 370
		9 883

in: Ribeiro; 1986

Embora generalizada a todo o território, a emigração tem sido mais significativa na metade setentrional do país, em particular no Minho, que é considerado o "berço da emigração" portuguesa. Repare-se, no entanto, que o resto do território do noroeste português tem constituído igualmente uma das áreas mais afectadas por este movimento, devido não só à densidade demográfica, mas ainda às facilidades de navegação (cf. Serrão; 1976) conferidas pela existência de vários ancoradouros. Entre estes destacam-se, por exemplo, as barras do Douro e do Lima ou o porto vizinho de Vigo, locais onde com a "colaboração activa das autoridades consulares brasileiras" se desenvolvia uma "imensa teia de recrutamento" clandestino, com destino aos portos do Brasil (cf. H. Pereira, 1981).

Muito embora outros habitantes oriundos do noroeste do território tenham outrora escolhido, como locais de fixação, as províncias da Estremadura e Alentejo (cf. Ribeiro, 1955) ou mais recentemente os centros urbanos do litoral, as saídas para o estrangeiro, principalmente para o Brasil constituíram, até ao final da primeira metade do nosso século, uma das suas preferências, como se pode realçar através da análise dos quantitativos globais da emigração registados praticamente até à primeira metade do século vinte. Pelo contrário, a metade meridional do território, igualmente menos povoada, só recentemente parece ter sido afectada por este movimento, que nos distritos de Évora, Beja e Setúbal ganhou maior expressão com as saídas para a R.F.A. - respectivamente 1689, 6137 e 7061 emigrantes entre 1955 e 1981 (Fig. 1).

Paia além das causas de índole social (tradição e ruptura dos laços sociais e ideológicos), directamente relacionadas com este facto, têm ainda condicionado a evolução deste movimento os factores de ordem económica (nível de vida, possibilidade de alienação de bens para aquisição das "passagens") e, sobretudo, as causas de natureza psicológica relacionadas com a difusão de informação (cf. Rocha-Trindade, 1973) que poderão justificar a desigual repartição deste movimento no território português.

Note-se que este fenómeno é igualmente justificado não só pelos desequilíbrios regionais, sobejamente conhecidos e identificados (cf. C.E.P., 1977 e S.E.A.R.L., 1981), mas ainda pelo modo de funcionamento das "instituições, pela constituição de propriedade e organização social" (cf. Marreca, 1854; in Serrão, 1976), que exprimem "a desordem sempre crescente da economia social portuguesa" (cf. O. Martins, 1956).

1.2. Características recentes

Como notámos, uma das características mais recentes da emigração portuguesa foi não só a sua expansão registada durante o terceiro quartel do nosso século, mas ainda o declínio da tradicional corrente transoceânica substituída, entre 1957 e 1974, pela emigração intra-europeia (Fig. 2).

Paralelamente a este movimento intensificaram-se as saídas clandestinas, outrora dirigidas para o Brasil, para a Argentina e para os Estados Unidos da América (cf. Martins, 1956), facilitadas pela actuação de "organizações especializadas em tal tráfego" que actuavam em diversos pontos do território.

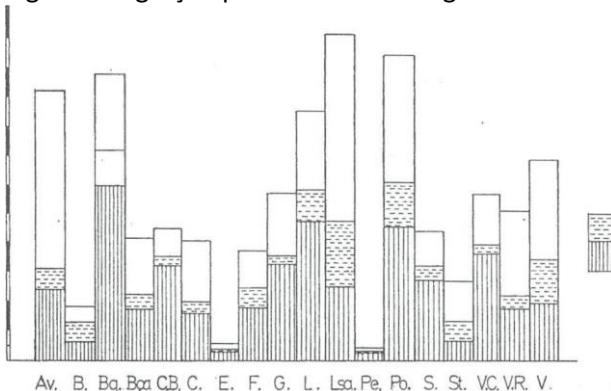
O mesmo tipo de movimento foi ainda conhecido noutras períodos mais recentes da história da emigração portuguesa como se verificou nos anos cinquenta quando o governo canadiano impôs grandes restrições à permanência de navios portugueses com tripulantes que visitassem pela primeira vez aquele território. Mais recentemente, porém, temos notícias sobre a presença ou a expulsão de portugueses entrados clandestinamente em diferentes países do continente europeu e americano. Contudo, a maior parte dessas partidas registaram-se para França onde foram contabilizados, no período de 1960 a 1984, mais de 648,3 milhares de emigrantes que entraram naquelas condições.

Devido, no entanto, às medidas de restrição impostas pelos países industrializados desde a década de setenta assistiu-se gradualmente ao declínio deste movimento para o velho continente, pondo-se assim praticamente termo ao "ciclo emigratório europeu" mas surgindo, em contrapartida, novos

centros de interesse. Foi o caso da emigração para a Austrália (5114 emigrantes entre 1980 e 1984) e para alguns países do Médio Oriente (Arábia Saudita, Israel, Iraque), do Norte de África (Argélia e Líbia) ou mesmo para outros destinos no continente americano - Venezuela, Canadá e E.U.A..

Esta variação pode comprovar-se através da análise da emigração legal para a Europa, praticamente inexistente durante a década de cinquenta e que se intensificou durante as duas décadas seguintes, para decair nos últimos anos de oitenta. (QUADRO II).

Fig. 1 - Emigração por distritos de origem 1955-82



QUADRO II— DESTINOS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

CONTINENTES	1950/59	1960/69	1970/79	1980/84
Europa	16.393	393.118	197.134	7.116
Outros Continentes	326.535	253.844	195.384	51.196

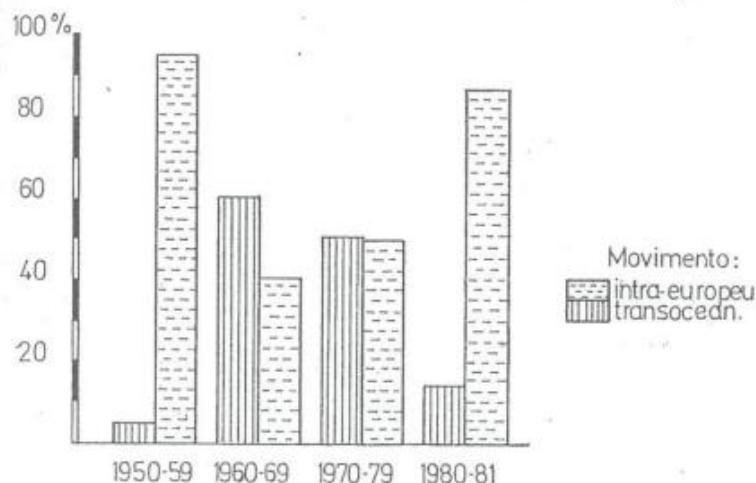
Note-se que a par desta emigração de "longa duração", desenvolveu-se durante os últimos anos a contratação temporária de mão de obra portuguesa, não só para França e para a Suíça, países que antes ainda dos anos sessenta necessitavam já deste tipo de emigrantes, mas ainda para a Inglaterra, para o Luxemburgo e

para algum dos países já referidos situados em África e no Médio Oriente. (QUADRO III).

QUADRO III— EMIGRAÇÃO TEMPORÁRIA

Paises	emigrantes
França	58.325
Suiça	28.567
Outros Paises	7.820

Fig. 2 - Emigração portuguesa



2. COMPOSIÇÃO E ANÁLISE DO MOVIMENTO

2.1. A emigração de mão de obra

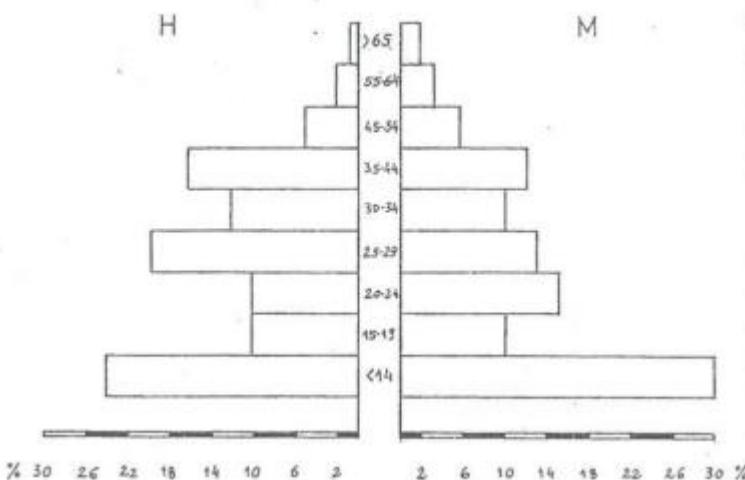
A análise da estrutura etária da emigração legal portuguesa, registada entre 1955 e 1981, é sugestiva do maior peso das saídas dos indivíduos do sexo masculino (705.614 indivíduos) sobre os do sexo oposto (493.391 mulheres), facto que foi igualmente notado em relação aos diferentes grupos de idade afectados por este movimento. Com efeito, se atendermos ao total de emigrantes saídos durante este período, verifica-se que para além do número elevado de jovens com idade inferior aos 14 anos de idade (da ordem dos 28% do total), os grupos etários mais representados referem-se aos adultos, entre os 25 e os 29 anos e dos 35 aos 44 anos. Do mesmo modo são estes grupos etários mais afectados pela emigração masculina - respectivamente 11% e 10% daquele todo (Fig. 3), o que confirma a persistência de uma tendência mais antiga, assinalada por Eça de Queirós, que considerou ser a emigração portuguesa "espontânea e puramente económica... individual e isolada" (Eça de Queirós, 1979).

O mesmo terá ainda acontecido no início do presente século, não só para o Brasil, mas ainda para os restantes países do continente americano (E.U. A., Argentina, Venezuela e Canadá - cf. Evangelista, 1971) e a partir dos anos cinquenta, com o incremento da emigração legal e clandestina para a Europa. Assim, se separarmos a composição deste movimento para a Europa da dos restante países, verifica-se que a "emigração pioneira" para a Europa, essencialmente masculina, representou mais de 3/4 do corrente legal em 1957, e em 1958 ou entre 1961 e 1963, aproximando-se ainda desse todo em 1970 e 1973. Valores que comparativamente ao movimento transoceânico superaram esporadicamente os 60% em 1955, em 1957 e finalmente em 1981 (QUADRO IV), como consequência do processo de reagrupamento familiar notado neste tipo de deslocações.

QUADRO IV— CONTRIBUTO PERCENTUAL DA EMIGRAÇÃO
MASCULINA

MOVIMENTOS		
ANOS	INTRA-EUROPEUS	TRANSOCEÂNICO
1955-59	76,9	56,7
1960-64	79,8	51,0
1965-69	61,6	45,6
1970-74	68,5	47,2
1975-79	48,3	52,0
1980-81	46,3	61,7

Fig. 3 - Estrutura da emigração
1955-81



2.2. O Reagrupamento familiar

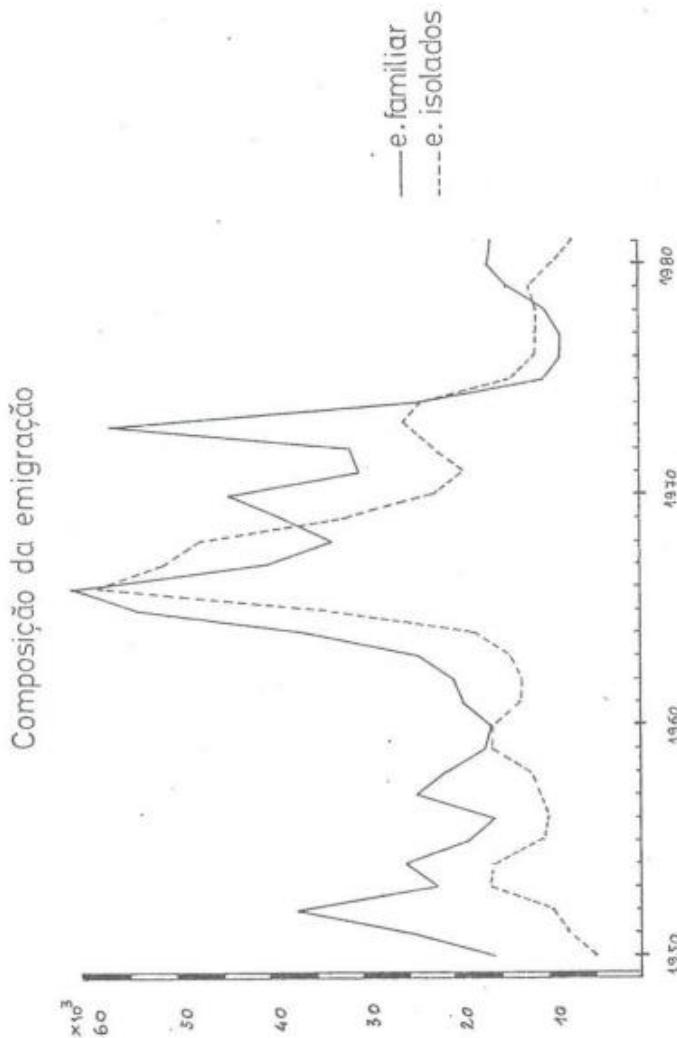
Ainda que a emigração portuguesa seja caracterizada pelo maior predomínio da população masculina e pela saída de indivíduos jovens, em idade de trabalho, não devemos esquecer que a emigração familiar tem igualmente constituído uma das componentes mais importantes deste movimento. Esta ocorrência que Martins justifica pela "excessiva densidade de população" e pela miséria (Martins, 1956) existente não só no continente mas, principalmente, nas Ilhas Atlânticas, onde essa quota terá oscilado entre os 30 e os 40 por cento, ao passo que "no Minho e na Beira Baixa (Aveiro, Coimbra) não vai além de 9 e 3, respectivamente". Contudo a emigração familiar constituiu um dos pilares da colonização, não só do Brasil, mas ainda dos antigos territórios africanos administrados por Portugal (cf. Serrão, 1976) para onde foram transplantadas famílias inteiras não só das regiões norte e centro do continente, mas da ilha da Madeira.

Relativamente a um passado próximo, dos anos cinquenta para cá, verificou-se já no termo da década de sessenta e entre 1974 e 1978, que a emigração familiar superou a saída de isolados, fenómeno que no primeiro caso se poderá justificar pelo agravamento ocasional do mercado de trabalho ou ainda pelas restrições à contratação de novos emigrantes, permitindo-se apenas o reagrupamento familiar, como se veio a notar a partir da segunda metade da década de setenta (Fig. 4).

Será ainda importante considerar que o acréscimo da emigração familiar anda geralmente associado ao incremento das saídas de mulheres que se vão juntar ao respectivo cônjuge após alguns anos de permanência deste no estrangeiro, facto que se verificou quer em relação ao movimento intra-europeu quer na corrente transoceânica a qual regista, globalmente, a maior percentagem de indivíduos do sexo feminino. Tal situação, poderá no entanto, vir a alterar-se num futuro próximo, quando da plena aplicação dos Regulamentos Comunitários (Reg. n° 1618/68 de 15 de Outubro) relativos aos direitos dos membros de família e trabalhadores migrantes que favorecem, no seu conjunto, o

reagrupamento dos diversos membros do mesmo agregado familiar.

Fig. 4 – Composição da emigração



Ao abrigo destes Regulamentos e após o Acto de Adesão de Portugal à C.E.E. assinado em 12.6.85, o reagrupamento familiar foi substancialmente facilitado, um vez que se torna extensivo a todos os membros da família que se encontrem a cargo do trabalhador já instalado nos países de C.E.E. (descendentes com menos de 21 anos e ascendentes do trabalhador e do cônjuge deles dependentes) e desde que este disponha de um alojamento adequado.

Repare-se, no entanto, que o reagrupamento dos familiares do trabalhador que se instalar com este num Estado Membro "só progressivamente beneficiarão do livre acesso ao emprego assalariado, tendo de cumprir certos períodos de residência para aquisição desse direito" (I.A.E.C.P., 1986). Todavia "as autoridades do Estado Membro de acolhimento, no que respeita aos filhos de trabalhadores de outros Estados Membros que não reunam as condições mínimas de residência, não podem proibi-los de trabalhar no âmbito de um contrato de aprendizagem".

2.3. Acolhimento e integração social

A presença de mão de obra estrangeira residente nos diferentes países da Europa Ocidental não é um fenómeno recente, muito embora tenha conhecido um enorme incremento no período seguinte à segunda guerra mundial quando se verificou o recrutamento maciço de trabalhadores oriundos principalmente da bacia do Mediterrâneo e que para ali se dirigiram em grande número.

Deste modo, se atendermos aos valores conhecidos referentes a meados da década de setenta (1975 e 1976), verifica-se que no conjunto dos nove países mais afectados por estes movimentos - R.F.A., Áustria, Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra, Suécia e Suiça - residiam então mais de dez milhões de estrangeiros, dos quais cerca de 5,8 milhões exerciam uma actividade económica remunerada.

QUADRO V

Mão de Obra Estrangeira, ocupada na C.E.E - 1983

X103

Países da C.E.E. Origem	R.F.A.	Fráncia	Itália	Países Baixos	Bélgica	Luxemb.	Reino Unido	Irlanda	Dinam.	Greece	Total
PORTUGAL	55,7	358,1	0,8	3,1	3,8	13,3	8,0	—	0,1	0,1	445,0
Espanha	82,6	108,9	0,3	12,4	20,7	7,2	14,5	0,1	0,1	0,1	242,2
Turquia	576,2	29,2	0,1	44,3	11,3	—	6,1	—	4,8	4,9	676,8
Jugoslávia	339,9	30,6	2,1	7,7	2,1	0,6	2,3	—	3,4	0,2	388,9
Noruega	1,1	—	—	0,5	0,2	—	1,9	—	4,6	—	8,3
Finnlândia	3,5	—	—	0,2	—	—	—	—	1,0	—	4,7
Suecia	2,8	—	0,1	0,5	—	—	—	—	3,5	0,1	7,0
Argélia	1,4	291,4	0,1	0,3	1,8	—	0,3	—	0,1	—	295,5
Morocco	15,1	131,4	0,2	3,2,1	21,0	—	2,0	—	0,7	—	202,5
Tunis	8,7	59,5	0,2	1,2	1,5	—	0,5	—	0,1	—	71,7
Outros	277,7	102,4	9,3	34,5	17,6	2,1	431,1	3,4	9,9	14,7	902,2
TOTAL	1.364,3	1111,5	13,1	138,8	80,0	18,2	466,7	3,5	28,6	20,1	3234,8

Fonte: C.E.E.

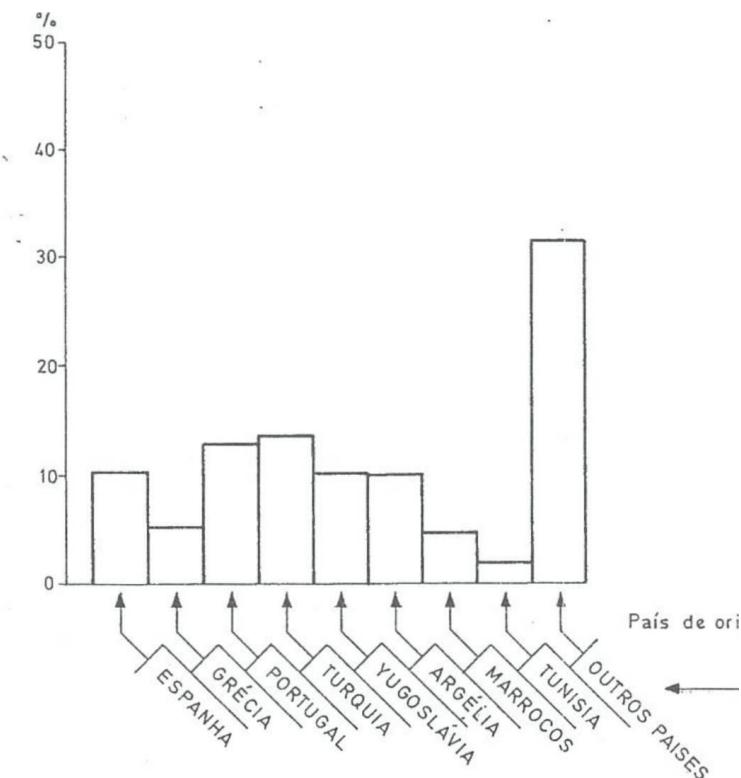
Deste montante, 1,9 milhões residiam na R.F.A. (527.000 turcos, 390.000 jugoslavos, 276.000 italianos); 1,5 milhões em França (360.000 portugueses, 331.000 argelinos e 204.000 espanhóis); 0,86 milhões no Reino Unido (dos quais 56.500 italianos e 24.000 espanhóis). Os trabalhadores portugueses, em número de 459.044 repartiam-se, para além da França, pela R.F.A. — 63.000, pelo Luxemburgo — 12.500, pela Bélgica — 6.000 e pela Holanda — 5.000, estando igualmente representados, embora em menor número nos restantes países da C.E.E. (Fig. 5). Para o conjunto dos países da Europa Comunitária o seu número orçava em 1983 os 445.000 emigrantes, mantendo-se como principal polo desta emigração a França: 358.100 emigrantes e a R.F.A. 55.700 emigrantes (QUADRO V).

A satisfação de numerosos pedidos de obtenção de vistos e de contratos de trabalho para os diferentes países de imigração, não totalmente satisfeitos na actualidade, foi facilmente conseguido para muitos países da Europa até 1973, antes das medidas de suspensão tomadas pelos tradicionais países importadores de mão de obra no final desse ano e nos anos seguintes, pondo assim termo a mais um "ciclo emigratório", o europeu, que se vinha a desenrolar desde os finais da década de cinquenta.

Assinala-se, por outro lado, que as necessidades de mão de obra então sentidas favoreceram algumas acções de recrutamento levadas a cabo pelos respectivos serviços de imigração (no caso de França, pelo "Office National d'Immigration" e da R.F.A., pelo "Bundesanstalt") que instalaram os seus serviços em Portugal, procedendo à selecção e colocação de muitos trabalhadores migrantes nestes países. Em muitos casos, porém, a regularização desta mão de obra processou-se já nesses países, quando de emigrantes clandestinos se tratava ou de indivíduos portadores de passaportes de "turista" os quais, após a obtenção de um contrato de trabalho, acabaram por regularizar a sua situação junto das autoridades competentes.

Em quaisquer dos casos, a protecção desta mão-de-obra foi assegurada através de acordos assinados entre Portugal e alguns dos países de imigração — Holanda (1963); R.F.A. (1964); França

Fig. 5 - Trabalhadores estrangeiros residentes
em países da C.E.E. - 1977



(1977); Venezuela (1978); Bélgica (1978) e Luxemburgo (1977 e 1978), ou ainda através de convenções assinadas entre o Governo português e organismos internacionais, como a O.I.T. (1949 e 19⁵5), o Conselho da Europa (1971) e a C.E.E., em 1985.

Para além das questões relacionadas com a contratação, o âmbito destes acordos veio a alargar-se contemplando não só as condições de trabalho, mas ainda a formação profissional, a assistência social, a integração social e o ensino, assuntos que antes ainda da adesão de Portugal à C.E.E. (passando a partir de então, a ser regulamentados pelo Tratado de Adesão) mereceram especial atenção por parte do Conselho da Europa, que sobre estes temas tem promovido vários estudos e favorecido a aprovação de resoluções entre os governos dos países membros. Entre estes destacam-se os estudos sobre a "Educação Intercultural", a qual constitui "não uma utopia, mas uma opção preferida cada vez mais pelos responsáveis pela educação e agentes sociais interessados na coeducação das crianças migrantes e dos autóctones e preocupados com a inserção dos imigrantes na comunidade local" (Conseil de l'Europe, 1983). Como facilmente podemos compreender esta tarefa nem sempre é facilitada dadas as condições menos favoráveis de emprego que existem nos diversos países da Europa e que leva a considerar como excedentária a população imigrante. Eventualmente tem mesmo incentivado certas medidas que favoreceram o movimento de retomo, no qual participaram não só os emigrantes já adultos, mas os seus familiares ainda jovens, para muitos dos quais o regresso ao país de origem constituiu mais um factor de "marginalização social" e de desequilíbrio no seu processo de desenvolvimento.

2.4. O Regresso

Para além da emigração de carácter definitivo que se tem registado, não só para o Brasil e restantes países do continente americano, mas ainda para a Europa, o regresso após alguns anos de permanência no estrangeiro, constitui uma das características dominantes da emigração portuguesa. Se estudos recentes apontam como duração média da permanência no estrangeiro cerca de 15 anos (cf. Silva, 1984), desconhecemos a sua duração alguns anos atrás quando do predomínio da emigração transoceânica, o único movimento de que se conservam elementos mais completos

sobre número de "retornos". Com efeito, se atendermos aos dados compilados nas estatísticas oficiais ("Boletim Anual" da Secretaria de Estado da Emigração; "Anuários Estatísticos" e "Estatísticas Demográficas" do I.N.E.) verifica-se que o número de "emigrantes retomados" isto é, de indivíduos munidos de passaporte de emigrante que regressam a Portugal definitivamente ou com a intenção de aqui permanecerem 4 ou mais anos (cf. Estatísticas Demográficas, I.N.E.) desembarcados por via marítima, ultrapassou, entre 1941 e 1972, os 75.000 indivíduos (QUADRO VI)

QUADRO VI— RETORNO DE EMIGRANTES PORTUGUESES,
PROVENIENTES DO CONTINENTE AMERICANO

in: Silva; 1984

PERÍODO	RETORNOS TRANSOCEÂNICOS	EMIGRANTES TRANSOCEÂNICOS
1941 — 45	7.348	11.819
1946 — 50	35.857	62.911
1951 — 55	6.664	179.025
1956 — 60	8.784	140.062
1961 — 65	8.953	104.309
1966 — 70	6.627	132.962
1971 — 72	1.209	40.353
TOTAL	75.532	671.441

in: Silva; 1984

Note-se que a ausência de outras formas de informação, relativas ao regresso por via aérea e terrestre, não permite completar este quadro, pelo que os dados pontualmente conhecidos assentam em estimativas elaboradas a partir de estudos de campo, o que torna difícil de avaliar não só o seu montante mas ainda as características e composição deste movimento, bem como os seus efeitos sobre a economia regional. Mesmo assim, indica-se o total de regressos (global e provenientes da C.E.E.) estimados para 1960, 1970 e 1980 (QUADROS VII e VIII).

QUADRO VII— REGRESSOS DO EMIGRANTE PORTUGUÊS

DATA	DE PAÍSES DA C.E.E.	TOTAL	
1960	300		6.783
1970	10.000		13.025
1980	36.000		51.000

in: Paiva; 1985

QUADRO VIII —EMIGRANTES REGRESSADOS

PERÍODOS	TOTAL GERAL	REGRESSADOS INTRA- EUROPEUS				E.U.A CANADÁ	OUTROS PAÍSES
		FR.	R.F.A.	OUTROS PAÍSES	TOTAL EUROPA		
1974-81	100,0	54,4	15,8	7,5	77,7	5,4	16,9
1980-81	100,0	46,5	13,0	11,8	71,3	7,1	21,6

in: Paiva; 1985

Relativamente à sua distribuição no continente (Paiva, 1985) aponta uma maior incidência deste movimento na região centro do país (distrito de Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco) distritos que absorveram cerca de 1/3 do total de emigrantes regressados no período de 1974 a 1981.

Como foi notado alguns dados colhidos localrnente permitem-nos ajuizar da importância e das características deste fenómeno, principalmente no que respeita aos familiares de emigrantes, já regressados a Portugal.

3. ASPECTOS LOCAIS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

— a emigração na freguesia de Monte Redondo.

Uma vez conhecidas as características gerais da emigração portuguesa bem como a sua evolução e perspectivas recentes, importa apreciar os efeitos do fenómeno migratório no seio de uma comunidade a qual, embora recentemente marcada por alguns traços de industrialização e do desenvolvimento dos serviços, não escondeu ainda os aspectos dominantes de uma actividade rural, que só a emigração tem contribuído, fortemente, para o seu desvanecimento. Escolhemos para o efeito, a freguesia de Monte Redondo (Fig. 6), situada a norte do concelho de Leiria e no limite deste com o concelho de Pombal, este, igualmente, uma das áreas do país profundamente afectadas pela emigração.

3.1. Apontamento histórico.

De acordo com estudos levados a cabo por Luciano Cristino (1971), a ocupação humana em locais desta freguesia é bastante antiga, sendo testemunhada através de esporádicos achados arqueológicos e de vários "topónimos de cunho antigo" — Paço, Sismaria, Porto Longo ou mesmo do próprio nome de Monte Redondo — sendo conhecidas referências documentais de alguns lugares desta freguesia desde o Século XII, quando da "delimitação

setentrional do termo do concelho de Leiria, feita no foral de 1142" (Cristino, 1971).

Documentos posteriores, dos séculos XIV e XV referem-se frequentemente a este lugar ou aos seus habitantes. São disso exemplo, a "Carta de aforamento em que o mosteiro de Alcobaça arrenda a João Domingues e a sua mulher "hüa herança que o dito mosteiro tem em Monte Redondo... polo quarto de todollos fruytos e hum alqueire de trigo e um capão" (Cristino, 1971), datado de 1357; de novo aforamento, feito pelo referido mosteiro em 1414, a "João Rodrigues Cebolinho e sua mulher" (idem, ibidem) e da prova de posse de três casais nesta área, feita por João Domingues, em 1435, terras que haviam sido dadas a seus "trisavós e bisavós" pelo "Abade Dom Pedro e Convento de Alcobaça" (idem, ibidem).

Contudo, o povoamento deste lugar só terá assumido alguma importância no século seguinte quando, em 1589, D. Pedro Castilho o desmembrou da "freguesia do Soito" juntamente com os lugares de "Coimbrão, Ervedeira e huns casais e moinhos do mesmo Distrito" e levantou "Freguesia em Monte Redondo" (idem, ibidem).

Posteriormente a esta data, em 1636, o Bispo D. Dinis Melo e Castro dividiu parte desta freguesia para constituir a freguesia do Coimbrão e mais de três séculos depois, em 1971, foi de novo desmembrada para se constituir a freguesia de Bajouca.

Fig. 6
Freguesia de Monte Redondo



3.2. Nota sobre a evolução demográfica.

De acordo com os dados referidos por Cristino, (1971) a população desta freguesia orçaria em 1657 os 800 habitantes (200 fogos), valor que não deixou de aumentar significativamente até à realização do primeiro recenseamento da população, em 1864, quando aquele montante superou os 2,1 milhares (QUADRO IX).

QUADRO LX —FREGUESIA DE MONTE REDONDO

ANOS	Nº DE FOGOS	Nº DE HABITANTES	VARIAÇÃO
1657	200	800	
1712	216	720	+ 80
1810	462	1759	+ 1039
1811	255	878	- 881
1833	305	1214	+ 336
1838	316	1522	+ 308
1862	486	2016	+ 494
1864	496	2174	+ 158

in: Cristino; 1971

Ainda que exigindo uma análise mais profunda sobre a evolução demográfica anterior ao início do último quartel do século passado, destaca-se a grande perda de habitantes, registada entre 1810 e 1811, período que coincidiu com a terceira invasão francesa e com os reflexos deste acontecimento: "assassínios, ferimentos, incêndios e outras violências que começaram, as pestes e outras doenças que se seguiram, foram acontecimentos que deixaram um rasto profundo" não só nesta freguesia, mas ainda em diversas regiões da diocese de Leiria, cujo bispado "tomou... a ser ocupado

pelos franceses desde 3 de Outubro de 1810 até 10 de Março de 1811" (Cristino, 1971).

A situação demográfica da freguesia poderá resumir-se ao seguinte (QUADRO X).

QUADRO X — SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA
DA FREGUESIA DO MONTE REDONDO

	OUT. 1810	JUN. 1811	
Homens	834	429	
Mulheres	925	449	
Total	1759	878	
Fogos	462	255	
Pessoas mortas pelos franceses			41
Pessoas mortas pela doença			842

in: Cristino, 1971

E a avaliar pela evolução demográfica registada nos anos seguintes, podemos concluir que a enorme perda de vidas então verificada constituiu um grande desaire nesta área, onde alguns testemunhos nos dão conta do período que atravessou a população desta freguesia e que por tradição oral paira ainda na memória dos habitantes mais idosos.

A partir de 1864 é possível seguir, com algum detalhe, a evolução dos habitantes desta freguesia (QUADRO XI) destacando-se, desde então, três períodos em que se registaram perdas de habitantes: entre 1864 e 1878, o que se poderá justificar como "reflexos das epidemias da cólera e febre amarela do reinado de D. Pedro V — 1855/1857" (idem, ibidem); aos efeitos da gripe pneumónica de 1918-1919 (ou eventualmente a algumas perdas provocadas pela emigração) e finalmente, entre 1960 e 1970 novo decréscimo justificado, essencialmente, pelas saídas para o estrangeiro.

Situação algo semelhante, é a que podemos assinalar para

QUADRO XI — EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Data	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Freg.												
Monte Redondo												
Pop. Resid.	2.203	2.194	2.620	2.850	3.302	3.259	3.710	4.627	5.253	5.811	5.350	3.915
Variação %	—	0.0	19.4	8.8	15.9	-1.3	13.8	24.7	13.5	10.6	-7.9	-26.8
Concelho												
Leiria												
Pop. Resid.	32.252	35.402	41.606	44.811	48.447	51.101	55.234	67.313	77.567	82.988	78.950	96.517
Variação %	—	9.8	17.5	7.7	8.1	5.5	21.9	21.9	15.2	17.0	-4.9	222.3

todo o concelho de Leiria, que foi igualmente afectado por aquele acontecimento.

3.3. Estrutura da população residente.

Como verificámos a evolução demográfica desta freguesia acusou sobretudo entre 1911 e 1920 e posteriormente a 1970 perdas significativas da sua população residente que então se justificaram pelas saídas de um número considerável de habitantes para o Brasil e mais recentemente para a França, a Alemanha, o Luxemburgo, e outros países quer do continente europeu, quer ainda para a África e América do Norte.

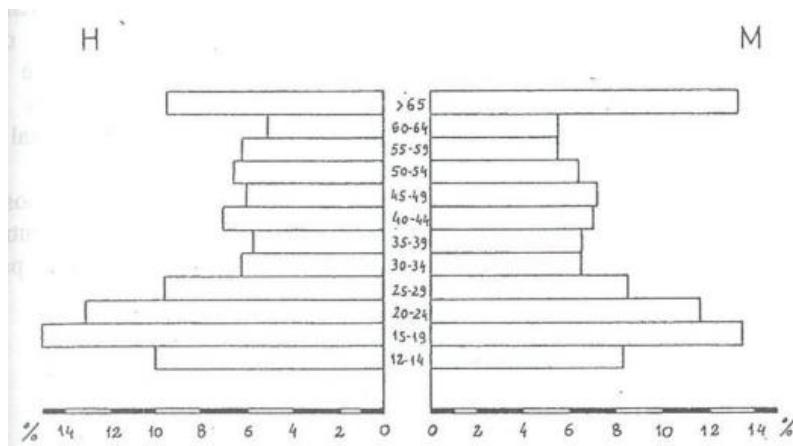
Daí que, apesar da quebra recente deste movimento, a estrutura etária da população realce aquelas saídas nos grupos etários dos jovens adultos e adultos de ambos os sexos (Fig. 7). Com efeito, se atendermos aos dados referentes à população residente nesta freguesia em 1981, com 12 e mais anos de idade, verifica-se um relativo equilíbrio de ambos os sexos (Sex-Ratio= 0.96), embora a partir dos trinta anos de idade se verifique praticamente em todos os grupos etários (salvo no grupo etário dos 55-59 anos) uma presença mais acentuada dos indivíduos do sexo feminino.

Se atendermos, por outro lado, às actividades desta população, verifica-se que dos 1621 indivíduos que em 1981 declararam exercer uma profissão, 35,8% pertenciam ao sector primário, 42,4% ao sector secundário e 21,8% ao sector terciário (QUADRO XII).

Repare-se, entretanto, que à excepção do sector secundário onde a participação da mão de obra feminina era pouco relevante — cerca de 9.2% do total de activos que trabalhavam neste sector — a sua participação não deixa de se notar nos restantes sectores de actividade: no sector terciário onde atingia mais de 1/3 do total da população aí empregue e principalmente no sector primário, onde esse número representava quase 2/3 daquele montante. Trata-se, aliás, de uma reminiscência do peso das actividades agrícolas numa freguesia onde no início da década de sessenta mais de 60% da população residente estava ocupada nesse sector e que só gradualmente veio a perder importância em virtude das saídas da população para a indústria de serração de madeiras, para os

serviços de natureza social e económica e fundamental mente para o estrangeiro.

Fig. 7 – Estrutura etária da população residente
MONTE REDONDO-1981



QUADRO XII — POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA,
POR SECTORES DE ACTIVIDADE (1981)

TOTAL		PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
1621	1032	580	196	688	625	353	211

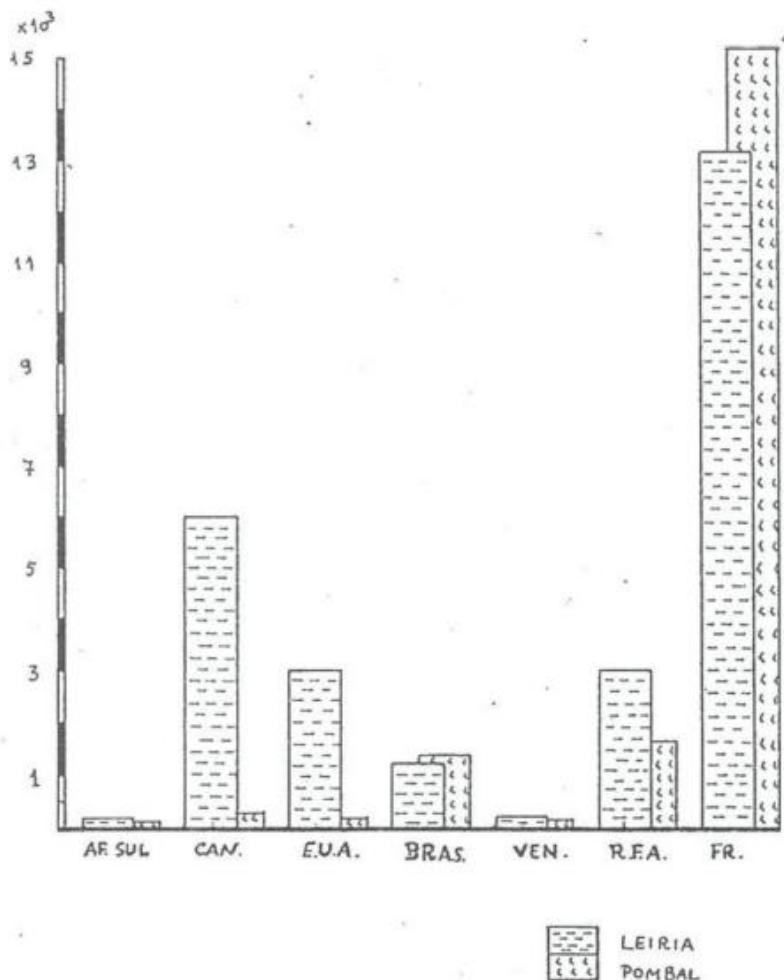
Daí que a evolução demográfica, anteriormente esboçada, tenha sido acompanhada de pequenos surtos de desenvolvimento das indústrias locais sugeridos pela presença de mão-de-obra e de matérias primas acessíveis ou resultantes das facilidades de circulação conferidas pela linha do Oeste e pela estrada nacional nº 109.

Apesar destas condições, não se registou nos últimos anos a diversificação das indústrias locais nem a implantação de outros sectores de actividade económica suficientemente fortes para impedirem a fuga das populações desta área.

3.4. Evolução e características do fenómeno emigratório

À semelhança do que ocorreu no concelho de Leiria, a emigração nesta freguesia foi marcada, muito profundamente pela emigração europeia que se generalizou nesta área logo no início da década de sessenta (Fig. 8). Anteriormente a esta data temos marcas de algumas saídas para o Brasil, embora tal ocorrência nunca tenha gerado um movimento muito intenso como aquele que se expandiu por acção dos “passadores” (“engajadores”) que por volta de 1960-1961 começaram a actuar nesta freguesia. Daí que as primeiras saídas, algo temerárias ainda, então registadas, tenham aumentado depois de 1964-65, divulgando-se ainda mais no termo da década de sessenta. Esta situação foi idêntica à que se verificou noutras áreas do país e que localmente se traduziu por um abandono das terras de cultivo agrícola e por uma certa estagnação das indústrias de serração instaladas localmente.

Fig. 8 – Emigração oficial : 1955-74



Ainda que acessíveis a todos os moradores, aquelas redes de passadores, sediadas nalguns casos nas freguesias vizinhas permitiam vencer, a troco de uma quantia oscilando entre os 8.000\$00 e os 10.000\$00 por passagem, as dificuldades de um salário reduzido, insuficiente para fazer face às despesas de muitas das famílias numerosas que residiam nesta freguesia, ou eventualmente os parcós rendimentos rurais alicerçados numa agricultura de subsistência.

Em muitos casos, porém, e sempre que os rendimentos familiares eram reconhecidos oficialmente a concessão de um passaporte de turista permitiu a primeira saída do país e a obtenção do almejado contrato de trabalho. Surge, nesta sequência, o aumento do número de partidas: o chefe do casal em primeiro lugar — abrindo caminho para os filhos mais velhos, recém-chegados da guerra de Angola ou de Moçambique — e só depois a mãe e a descendência mais nova, se as obrigações militares o permitissem. Daí que a partir do início dos anos sessenta as saídas para o Brasil deixaram praticamente de se verificar, sendo substituídas pela emigração para a França e a partir de 1963-64 para a Alemanha.

Eventualmente, um ou outro emigrante mais afortunado conseguiu o "visto" para os E.U.A., ou para o Canadá e só praticamente no início de setenta é que ocorreram as primeiras saídas para o Luxemburgo. Do mesmo modo, quase uma década depois, encontram-se referências às saídas de emigrantes temporários para a Suiça ou para alguns dos países do Médio Oriente. Mas a grande vaga da emigração entre sessenta e setenta, foi em direcção aos países da Europa de onde foram importados os primeiros velocípedes a pedal e a motor, os primeiros "Citroen" e "Peugeot" e os vistosos agasalhos em couro e pele, que em datas festivas atestariam o êxito deste movimento.

Simultaneamente animou-se o mercado fundiário passando as pequenas habitações tradicionais em adobe e tijolo, a ser substituídas por construções mais recentes: a casa térrea e de duas águas, de modelo antigo, passou a dar lugar à moradia de dois pisos, com vários telhados, espaços e ornamentações garridas. Tratam-se de diferentes símbolos deste fenómeno que animou o

comércio local e permitiu uma alteração da paisagem tradicional e da organização social, onde a mulher passou a desempenhar um papel mais activo: mãe, educadora e procuradora nos negócios do marido ausente, situação que se manteve até ser sugestionada (ou compelida...) pelas "grandezas" deste fenómeno, partindo para reconstituir, noutro local, a antiga (ou recém-criada) constelação familiar.

Iniciado o processo, são os contactos frequentes com a comunidade local: pela época de Natal ou nas férias de Verão, quando têm lugar as festas tradicionais em honra de N^{ra}. Sr^{ra}, da Piedade, de Stº. Aleixo, de Stº. António, etc., ou eventualmente quando do casamento de um filho (ou do próprio emigrante), oportunidade muitas vezes aproveitada para uma estadia mais prolongada, entre a família, para acompanhar a vindima, a poda, a empa, a colheita de azeitona ou para a construção de algum anexo ou da própria habitação.

Certos emigrantes no início deste ciclo orgulhavam-se até do seu estatuto privilegiado de "emigrantes temporários", sempre aceites no seu regresso a França, pelo respectivo patrão. O mesmo acontecia com o "emigrante alemão", o qual geralmente ocupado na indústria tinha um calendário de trabalho mais rígido para cumprir.

Como noutras áreas do país, a crise energética de 1973 impediu a continuação deste movimento obrigando a um certo número de regressos aproveitados para a instalação de uma pequena oficina ou comércio, para a compra de uma viatura comercial ou o prosseguimento de trabalhos por conta de outrém ou por conta própria, na construção civil, na indústria ou na agricultura. Foi o retomar, nalguns casos, do "fio à meada" das actividades tradicionais, só interrompida por uma ausência de vários anos no estrangeiro a qual garantiu o almejado pecúlio que a rotina do dia a dia e o nível de desenvolvimento local, jamais permitiriam aforrar.

4. A NOVA GERAÇÃO DE EMIGRANTES

4.1. — Situação genérica

A situação dos filhos de trabalhadores migrantes residentes nos principais países de imigração ou ainda nos seus países de origem, constitui um dos problemas específicos do fenómeno das migrações e que se reveste na actualidade dos maiores custos, pagos na maior parte dos exemplos conhecidos por essa população jovem — a 'nova geração de emigrantes'.

Com efeito, se atendermos às preocupações dominantes dessa população no âmbito de formação escolar ou já do emprego, da formação profissional e da integração social e cultural, constatamos a sua extrema vulnerabilidade às diferentes políticas migratórias elaboradas no seio de "sociedades regidas por um sistema económico determinado e no qual os adultos tomam as decisões das quais eles são dependentes" (Conseil de l'Europe, 1978).

Esta situação realça cada vez mais a "inadaptação" das instituições do(s) país(es) de residência a uma realidade pluricultural", que "cristaliza as preocupações de uma sociedade em mutação sem que uma política global permita obter um consenso que atenuaria o debate" (Costa-Lascoux, 1985), debate este concentrado não só nos problemas de estabilidade, de permanência e de formação profissional no país de acolhimento, na aquisição da nacionalidade e na participação (eleitoral e associativa) nas sociedades de acolhimento, mas ainda na manutenção de um certo número de laços (culturais e jurídicos) com os países de origem. Esta mesma reflexão abarca ainda o apoio à reinserção escolar e profissional de um grande número de jovens que afectados ou não por uma certa marginalização social ou comprometidos com um projecto familiar se vêm obrigados a regressar aos seus países de origem.

Embora numa primeira fase tal situação venha a favorecer uma certa redução das tensões existentes no mercado de emprego dos países de imigração, a saída desta população jovem

compromete as perspectivas de renovação demográfica dessas sociedades. Com efeito, se atendemos às percentagens da população jovem (com menos de 19 anos de idade) em relação ao total da população, com a mesma idade, em diferentes países da Europa (QUADRO XIII), verifica-se que a sua presença permite um melhor equilíbrio entre os diferentes grupos etários marcados, na maioria dos exemplos conhecidos, por um peso excessivo da população já idosa.

QUADRO XIII— PROPORÇÃO DE ESTRANGEIROS ENTRE
OS JOVENS (0-19 ANOS) E NO CONJUNTO DA
POPULAÇÃO

PROPORÇÃO DE ESTRANGEIROS NA CLASSE DE IDADE DE:	R.F.A.	BÉLGICA	FRANÇA	LUX.	HOLANDA	SUÉCIA	SUIÇA
0 — 19	9,1	13,0	7,9	34,1	5,3	6,0	15,7
20 e mais anos	7,0	7,3	6,3	23,6	3,2	4,5	14,1
Todas as idades	7,4	8,9	6,8	26,3	3,8	4,8	14,4

in: Lebon; 1985

A persistir, nos próximos anos, o movimento de regresso dalguns agregados familiares aos seus países de origem, verificar-se uma redução destes efectivos e, por conseguinte, um novo desequilíbrio demográfico que acentuar-se poderá alterar algumas das políticas emigratórias, fortemente restritivas, actualmente seguidas nos países industrializados e compensados apenas, no contexto da Europa Comunitária, pelas perspectivas de reagrupamento familiar e de livre circulação de trabalhadores prevista no artº. 48 do Tratado de Roma.

Como o reconhecem Charbit e Bertrand (1985), "com a crise de meados dos anos setenta e os movimentos de regresso aos países de origem, o problema de escolarização das crianças regressada levantou-se com grande acuidade". Assim se explicam, por um lado, as medidas legislativas que foram tomadas pelos diferentes governos para tentar resolver as dificuldades específicas destas crianças quando da sua reinserção no sistema escolar e por outro lado existência de pesquisas, quantitativas e qualitativas, levadas a cabo por iniciativa das autoridades competentes (Ministérios da Educação) ou equipas de investigação.

Tal é de momento, o nosso interesse, suscitado por uma certa reflexão em torno dos problemas de comunidade portuguesa no Grão-Ducado do Luxemburgo (cf. Arroteia, 1981, 1982, 1986), em França (Arroteia, 1983) e na participação em projectos sobre problemas do regresso, em Portugal.

4.2. Análise de uma população escolar.

Conhecidos os aspectos mais relevantes do movimento emigratório português, bem como as suas incidências numa comunidade marcada pelo peso das suas actividades agrícolas parece-nos oportuno dar a conhecer os resultados de um inquérito que realizámos, em 1986, junto de alunos desta freguesia, que frequentavam a Escola Secundária da Guia (Concelho de Pombal) a Escola Secundária da Gândara dos Olivais (Concelho de Leiria. No seu conjunto este levantamento atingiu 68 inquiridos, dos qua 43 alunos de E.S. da Guia e os restantes alunos da E.S. da Gândara dos

Olivais. Esta população, para além de ser descendentes de emigrantes havia, parte dela, residido juntamente com os seus familiares num país estrangeiro: 42% dos inquiridos.

Do total de alunos, 48,5% pertenciam ao sexo masculino e os restantes 51,5% ao sexo feminino; cerca de 75% tinham idade compreendida entre os 10 e os 14 anos de idade e os restantes 25% idade superior. Quanto à sua frequência por graus de ensino, 30% do total frequentava o Ciclo Preparatório; 54%, o Ensino Secundário Unificado e os restantes 16% (11 alunos) o 10º e 11º anos do Ensino Secundário.

Quanto à situação familiar, 23 tinham apenas o pai no estrangeiro; 14 alunos residiam em Portugal com os avós e os tios, uma vez que os seus pais se encontravam ausentes e os restantes 16 inquiridos eram filhos de emigrantes já regressados a Portugal.

Como tendência geral da emigração neste concelho, 56% dos inquiridos indicaram que os seus pais haviam trabalhado ou encontravam-se ainda a residir em França; 18% na R.F.A. e 26% noutras países da Europa (em particular no Luxemburgo — 6 casos) ou ainda nos E.U. A. e no Brasil.

Do mesmo modo foi nossa preocupação comparar o variável tempo de permanência dos familiares no estrangeiro, com a evolução do próprio fenómeno emigratório. Assim cerca de 60% dos entrevistados que tinham apenas o pai no estrangeiro, este havia saído do país antes de 1973. O mesmo se verificou em relação a ambos os progenitores de seis destes alunos, os quais saíram de Portugal antes da crise de emprego dos anos setenta, com maior incidência nos anos de 1969 e 1970 datas que assinalam, como tivemos oportunidade de referir, o "boom" deste movimento.

Apesar do nosso interesse os dados que recolhemos não nos permitem no entanto conhecer as relações entre este fenómeno e o comportamento dos alunos: angústia, insegurança, problemas de identidade ou de afectividade devidas à ausência, isolada ou simultânea, dos seus progenitores (cf. Charbit e Bertrand, 1985), ou eventualmente a natureza do projecto familiar — "as partidas e os regressos constantemente aliados provocam nas crianças uma tensão que inibe o seu desenvolvimento psico-afectivo" (Illic,

Cvetanovic e Sagic — Aluhak; 1979 — in: Charbit e Bertrand, 1985). Contudo, não deixamos de realçar outras consequências deste movimento: “deficiente conhecimento da língua materna”, perda dos valores tradicionais, desconhecimento da realidade do país de origem, o sentimento de ser estrangeiro, dificuldade em estabelecer relações, nostalgia do país de emigração” (idem, ibidem), aspectos que não deixam de pesar negativamente sobre esta população, afectando de forma bastante notória a sua reinserção no sistema escolar português.

4.3. Avaliação de um projecto

Muito embora entre as causas da emigração se apontem, a maior parte das vezes, as razões de natureza económica, a melhoria das condições de habitação e a progressão dos estudos dos familiares (filhos dos emigrantes), nem sempre o termo deste “ciclo emigratório” tem em conta os projectos desta população a qual anseia, em muitos casos, pela fixação nos países de acolhimento (cf. Arroteia, 1986). Daí que tenha sido nossa preocupação conhecer como é que estes jovens emigrantes, uma vez regressados a Portugal, avaliam o fenómeno emigratório.

Da população inquirida, mais de metade havia nascido em Portugal e cerca de 42% dos alunos eram naturais de outros países — França, R.F.A., Luxemburgo, E.U.A. e das antigas colónias de Angola e Moçambique (QUADRO XIV).

QUADRO XIV — NATURALIDADE DOS ALUNOS

PAÍSES	Nº DE CASOS
Portugal	39
França	16
R.F.A.	3
Luxemburgo	2
E.U.A.	1
Outros países	7

Recorde-se a propósito, que embora muitos destes aspectos possam ser considerados globalmente, corno justificando a ocorrência deste movimento, algumas das expectativas mais recentes encontram-se goradas em virtude dos muitos entraves à sua integração e mobilidade social, quando esta população se vê confrontada, no dia a dia, com as dificuldades de aprendizagem e as carências de emprego com que se debate a sociedade portuguesa. Tal situação, poderia em parte ser atenuada através de uma formação específica e aprofundada que contemplasse a orientação profissional e a promoção do emprego destes jovens emigrantes.

Note-se ainda que embora as razões de natureza económica tenham constituído uma das primeiras causas deste movimento e possam ser consideradas como benéficas por um elevado número de alunos, não devemos esquecer que este projecto acarreta consigo custos elevados, não só para os primeiros emigrantes, mas principalmente para esta nova geração cujo destino é frequentemente traçado sem ter em conta os seus verdadeiros interesses e aspirações. Daí que a par das vantagens, já referidas, não deixem de ser indicados muitos aspectos negativos de onde se realça a separação familiar e uma certa incompreensão por parte da comunidade onde residem. (QUADRO XV).

QUADRO XV — ASPECTOS NEGATIVOS DA EMIGRAÇÃO

ASPECTOS NEGATIVOS	Nº DE CASOS
Separação familiar	45
Dificuldade com os membros da família	13
Doença	3
Causas diversas	7

Ainda que carecendo de uma análise mais circunstanciada, não só quanto à avaliação deste fenómeno mas ainda quanto à identificação dos "projectos" da "nova geração" de emigrantes (ou apenas dos filhos de emigrantes), não deixamos de apontar as causas que nos foram indicadas como justificando o seu regresso a Portugal, entre as quais se destacam o acompanhamento dos familiares — 32 alunos — ou eventualmente o prosseguimento de estudos em Portugal — 6 alunos. Estes factores se devidamente ponderados poderiam sugerir uma análise subsequente, de tipo longitudinal, que permitisse avaliar as expectativas desta população face à nova realidade social que se lhes depara no seu regresso a Portugal.

4.4. Aculturação e integração

Como verificamos a emigração pode apresentar-se como um movimento de isolados ou então revestir-se de uma outra forma, a emigração familiar. Em quaisquer dos casos, porém, a separação familiar pode ser completa (no caso da saída da mãe e do chefe de família) ou parcial, caso permaneçam no país de origem um ou mais elementos do agregado familiar, em regra as crianças em idade; escolar.

Nestas circunstâncias esta separação acarreta alterações profundas no "desenvolvimento psico-afectivo das crianças, uma vez que introduz no seio da família profundas disparidades, não só na relação com os pais, mas também no processo de socialização secundária" (Charbit e Bertrand, 1985). Tal verifica-se, sobretudo, quando ocorre apenas o regresso de parte do agregado familiar, ou

mesmo de todo esse agregado, notando-se que estas crianças são muitas vezes acusadas pelos pais como tendo condicionado a vinda para o seu país de origem, a qual lhes terá reduzido as oportunidades económicas que tinham nos países de imigração (idem, ibidem). Acresce a este facto, uma reinserção escolar por vezes particularmente difícil, o que vai agravar ainda mais a ambivalência do projecto de regresso e os conflitos, entre crianças e adultos e entre aquelas e alguns membros da sociedade que os acolheu, mas à qual pouco ou nada se sentem ligados.

Como referem Charbit e Bertrand (1985), se os conflitos não surgem de forma violenta, é devido à submissão das crianças à autoridade destes e às mudanças de atitude dos pais, em virtude da sua permanência no estrangeiro". Nestas circunstâncias, ao comportamento "conformista" dos últimos opõe-se um certo "individualismo" dos emigrantes mais jovens, facto que resulta de diferentes formas de aculturação aos padrões e aos modelos de uma sociedade industrial e urbana, muito diferente de áreas rurais onde, em regra, acabam por se fixar. Uma vez mais citando os mesmos autores (idem, ibidem), verifica-se que o esforço de reinserção no país de origem se processa através de um "compromisso pessoal entre as raízes da sua primo-infância e a personalidade que é construída no estrangeiro, sobre valores diferentes". Estes dados são tanto mais diversificados (e contraditórios), quanto mais longa tiver sido a sua permanência num país estrangeiro, embora atenuada por uma "representação imaginária" de um país visitado esporadicamente durante as férias e num contexto bem distinto daquele que vêm encontrar na realidade.

Ao nível, mesmo, das relações com os jovens que não emigraram, os contactos entre o jovem emigrante regressado e os seus colegas podem não ser os melhores, uma vez que a sociedade local pode revelar uma certa hostilidade devido aos gostos e ocupações desta população, à "afirmação de uma cultura e ao conhecimento de uma língua estrangeira", consideradas como superiores (idem, ibidem).

Um testemunho de uma aluna das Escolas Secundárias onde fizemos os questionários:

"Quando regressei a Portugal sentia-me desprezada por praticamente não saber falar português.

Eu não era capaz de contactar com os meus colegas. Por isso eles riam-se. Eu ficava frustrada não querendo ir para a Escola."

Por outro lado, o testemunho desta aluna realça o modo como a sociedade rural a acolheu:

"Não me sinto bem na minha aldeia, porque as pessoas, em maioria são analfabetas, não conseguem compreender a juventude dizendo que deveríamos trabalhar e não estudar. As pessoas são incompreensivas, impossíveis de suportar.

Gosto da terra, mas não de grande parte dos habitantes."

Face a esta situação não admira, por isso, que se cultive o desejo de regressar ao país de imigração:

"Tenho saudades de França, de poder voltar a ver os meus amigos de infância. Em França, em relação à vida económica estávamos melhor que aqui em Portugal. E por isso, também, que eu gostaria de voltar, pois Portugal não nos oferece condições algumas."

(M.H. — 17 anos)

Para além de outros testemunhos, que poderíamos vir a apresentar, pensamos que a afirmação de M. Rey relativa à situação no nosso país, continua a ser bastante actual: "Verifica-se, de facto, que se está a criar uma separação no interior da comunidade local onde se observam comportamentos ambíguos oscilando entre a admiração e a crítica, tanto da parte da população emigrante, como dos residentes.

A situação agravou-se ainda mais, depois que os países europeus suspenderam a imigração

Anteriormente a emigração era encarada, individualmente, como um recurso sempre disponível. Actualmente, uma vez que as possibilidades são reduzidas, os portugueses que não emigraram consideram os que puderam sair, como privilegiados".

Embora de forma reduzida, não deixamos de apresentar outros dados relativos à população que nos serviu de amostra: dos

68 inquiridos, 40% havia frequentado a escola no estrangeiro, considerando que essa permanência lhes fora particularmente favorável: por terem aprendido várias coisas sobre o país (30%), por terem aprendido uma nova língua (55%) ou porque os conhecimentos aí adquiridos os colocam em situação vantajosa, perante os seus colegas de escola (15%).

Contudo esta estadia não deixou, igualmente, de referir aspectos negativos sobretudo no aperfeiçoamento da língua portuguesa, mas também a nível da conversação e da escrita (cerca de 1/4 dos alunos).

5. EMIGRAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

5.1. O fenómeno emigratório e a promoção social do emigrante

O incremento da emigração portuguesa registado durante as últimas décadas, ou mesmo num passado mais remoto deve-se, fundamentalmente, a razões de natureza económica : "impossibilidade de sobreviver, impossibilidade de poupar e impossibilidade de realizar investimentos" (Rocha Trindade, 1973).

Tal facto é manifestamente reconhecido pela população jovem que em mais de 75% das respostas que obtivemos indicaram terem sido estas as condições determinantes deste movimento (QUADRO XVI).

QUADRO XVI — CAUSAS DA EMIGRAÇÃO

CAUSAS DA EMIGRAÇÃO	%
— procurar melhorar condições de vida	74
— desemprego	18
— juntar-se a familiares	8

Daí que, concretizados alguns projectos de melhoria das condições de vida, da construção de habitação e da progressão nos estudos dos emigrantes mais jovens na escola portuguesa ou eventualmente de outros benefícios conseguidos pela emigração, tenham provocado o regresso dos emigrantes mais antigos.

Embora semelhantes a tantos outros, não deixamos de incluir dois testemunhos de alunos de uma das Escolas Secundárias já mencionadas:

"Os meus pais emigraram devido às condições de vida que se verificavam no estrangeiro (França) e aos baixos salários que se registavam em Portugal..." (M.H. — 17 anos).

"A primeira vez que o meu pai emigrou foi para acabar de fazer a minha casa. Depois de voltar para casa e quando casou foi para lá com a minha mãe e comigo.

Depois voltou para cá e esteve aqui alguns anos e voltou de novo para França para melhorar a nossa situação financeira." (M.A. — 15 anos).

"Os meus pais emigraram porque no lugar onde residiam não podiam ganhar dinheiro suficiente. Então eles foram para França para ganhar dinheiro suficiente para se alimentarem e darem um melhor futuro aos filhos, com um pouco mais de dinheiro (e eles conseguiram)" (A.M. — 14 anos).

Devemos no entanto recordar que o projecto inicial, relacionado com a melhoria do nível de instrução e o prosseguimento do ciclo de estudos (para além do ciclo obrigatório de seis anos), que animou a partida de alguns emigrantes mais idosos, nem sempre é fácil de se comprovar através da mobilidade social dos jovens emigrantes. Uma consequência não só das dificuldades de aprendizagem que impedem o prosseguimento dos estudos a nível secundário e universitário, mas ainda devido aos conflitos que se geram entre a segunda geração de emigrantes e as sociedades de origem.

Uma causa, aliás, das dificuldades de integração no seu meio de origem, reside no fraco conhecimento da língua e da cultura portuguesas que embora ensinadas na maior parte dos países de imigração não são aprofundadas por toda a população jovem, devido não só à sua integração no sistema educativo, mas ainda à distribuição escolar dos cursos existentes. Daí terá resultado não só o desconhecimento (e o desinteresse) pelo país de origem, mas ainda o "insucesso escolar" registado por grande parte destes alunos. Perante esta situação urge proceder a uma reflexão que deveria contemplar não só a organização conceptual do tipo de ensino ministrado naqueles cursos, mas ainda os seus aspectos práticos a nível de programas e métodos, de formação de docentes e do acompanhamento pedagógico aos alunos regressados.

Um novo testemunho que poderá ilustrar o que acabamos de referir:

"Não gostei de frequentar a escola portuguesa (em França) porque era pouco interessante... e nunca gostei da Língua, da História... de Portugal."

"Era um país, não muito atraente".

"Apesar de ter frequentado a escola portuguesa (em França) sinto-me mal, porque os meus companheiros riem-se de mim, de falar mal o português" (A.M. 15 anos).

Estes e outros aspectos constituem sérios obstáculos contrariando o desejo de promoção social que os emigrantes mais velhos esperam dos seus familiares, devido, não só, aos factores psicosociológicos do regresso, mas ainda aos factores familiares ou do "ambiente económico e sociocultural mediatizados pela família" (cf. Charbit e Bertrand, 1985).

5.2. A emigração e o "desenvolvimento humano".

Como o reconhece o Conselho da Europa, as principais dificuldades com que se debate a população de jovens emigrantes, apesar das medidas tomadas pelos países de origem, quer pelos países de imigração, devem-se fundamentalmente a:

- "uma escolaridade medíocre resultando, por sua vez, de problemas linguísticos e de adaptação sociocultural;
- acesso ao emprego em condições desfavoráveis na sequência de uma escolaridade reduzida por falta de formação profissional adaptada, de informação quando da escolha da profissão, impossibilidade, de facto ou de direito em exercer determinadas profissões...
- referência a duas culturas apresentando, cada uma, o seu sistema de valores, com o risco de não se identificai' com nenhuma e perder toda a identidade;
- a marginalização em relação à vida cívica e política do país onde nasceram e onde passaram grande parte da sua adolescência.

— incerteza quanto ao lugar onde viverão, no futuro..." (Conseil de l'Europe, 1981).

Estes aspectos, poderiam sintetizar as grandes dificuldades sentidas pelos jovens emigrantes, uma vez regressados ao seu país de origem, os quais se vêm geralmente confrontados, não só com a separação familiar, mas ainda com o desajustamento entre tipos de sociedade e de sistemas de ensino bastante opostos.

Daí que, como assinalou Loureiro (1985), somos levados a pensar que a escola deveria ser o primeiro factor de integração, através da aplicação de estratégias de intervenção que "a transforme em meio directa e primordialmente posto ao serviço do desenvolvimento humano de todos". Esta aposta será possível de concretizar através, não só de uma efectiva mudança escolar, mas também de outros factores de ordem social e cultural que permitam encarar o fenómeno emigratório como uma realidade complexa da nossa sociedade e não um mero fenómeno conjuntural ou limitado na sua dimensão e extensão.

Retomando alguns aspectos do nosso estudo, apercebemo-nos que apesar da frequência escolar (bastante reduzida, nalguns casos) dos alunos no estrangeiro, ou do seu regresso prematuro a Portugal, (QUADRO XVII) de modo a poderem ingressar no ensino oficial, as dificuldades de leitura e conversação, aliadas às de conjugação gramatical, são algumas das condicionantes do "insucesso" que embora extensivo aos restantes alunos, não emigrantes, afectam os recém-chegados de um modo particular (QUADRO XVIII).

QUADRO XVII — IDADE DE REGRESSO

IDADE DE REGRESSO	TOTAL DE ALUNOS
< 4 anos	18
5 — 6 anos	15
> 6 anos	9

QUADRO XVIII — FREQUÊNCIA DA ESCOLA PORTUGUESA

Nº DE ANOS A FREQUENTAR A ESCOLA PORTUGUESA	ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM
1 — 2	13
3 — 4	9
Δ 5	5

Esta situação poderia ser igualmente justificada por uma débil "herança cultural" transmitida pelo meio familiar de origem. Recorde-se, a propósito, que cerca dos 30% de alunos com dificuldades de aperfeiçoamento na língua portuguesa tinham os pais empregados na construção civil; 25% na industria (mecânica, e outras); 12% eram agricultores e 6% comerciantes. Quase 75% dos inquiridos, naquelas condições, indicaram como profissão das mães, a de doméstica. Daí que as condições de sucesso escolar, de promoção profissional e de mobilidade social nos pareçam demasiado precárias e difíceis de conseguir no contexto actual identificado não só pela crise económica, mas ainda pela mutação social, em que a emigração foi simultaneamente causa e agente e na qual os seus actores referem projectos muito diferenciados, senão antagónicos, como tivemos oportunidade de constatar.

NOTA FINAL

A apreciação da emigração portuguesa, feita anteriormente, realçou algumas das dimensões recentes deste fenómeno que se tomou em Portugal, como noutras países europeus, num fenómeno estrutural bem complexo. Por outro lado a dimensão que os movimentos migratórios assumiram nos últimos anos, em diferentes países industrializados do ocidente europeu, fez com que despontassem um conjunto de problemas relacionados com o alojamento, a integração dos trabalhadores imigrantes e dos seus familiares, bem como a escolarização da população mais jovem, conhecida pela “2^a geração” ou pela “nova geração” de imigrantes.

Com efeito a presença de uma percentagem, cada vez mais elevada, de jovens imigrantes no seio das sociedades de acolhimento e a sua desigual repartição no território e por estabelecimentos de ensino, tem vindo a chamar a atenção para um conjunto de problemas específicos destes alunos relacionados com o aproveitamento e inserção escolar e social nas sociedades de acolhimento. Estas situações têm vindo a chamar a atenção para a necessidade de um acompanhamento mais eficaz desta população, confrontada com uma nova realidade social, cultural e escolar bem diferente da que lhe é transmitida em família ou mesmo da que já conheciam no seu país de origem.

A constatação deste fenómeno tem vindo por isso a suscitar o desenvolvimento de uma nova “pedagogia intercultural”, a qual se espera que venha a contribuir para a construção de uma nova sociedade marcada por uma maior integração, mobilidade e interdependência entre as comunidades imigrantes e as sociedades de acolhimento.

A este respeito convirá recordar que o Conselho da Europa defende ser o “interculturalismo uma opção sociológica global” que diz respeito não só à população imigrante mas a “toda a comunidade, tanto dos países de origem como dos países de destino”, exigindo o reconhecimento de diferentes culturas e valores culturais. Por isso, deverá assentar numa rede de interacções na qual intervêm a escola, a família, os professores e toda a comunidade.

Se atendermos à emigração portuguesa nos diferentes países da Europa, verificamos que tratando-se de uma imigração ainda recente e sendo a maior parte dos nossos imigrantes oriundos de regiões rurais e confrontados com as diversas culturas das sociedades de acolhimento, a defesa dos seus interesses tenha passado, em primeiro lugar, pela construção de uma rede de associações culturais, desportivas, recreativas e outras, que a seu cargo têm vindo a desenvolver diversas iniciativas capazes de responderem às necessidades dos adultos e dos mais jovens. Entre essas iniciativas conta-se a criação de diferentes cursos de Língua e Cultura Portuguesa cuja responsabilidade têm vindo a partilhar com a Igreja, com as autoridades portuguesas ou mesmo com as autoridades escolares dos países de acolhimento.

Note-se que a realização destes cursos, que visam essencialmente o estreitamento dos laços culturais com o país de origem (na eventualidade de um regresso e posterior inserção no sistema educativo português), se integrados no ensino regular dos países de acolhimento, poderá ser ainda útil para a divulgação da língua e cultura portuguesas no seio da comunidade escolar e dos alunos dos centros escolares onde estes cursos têm lugar. Assim o estreitamento das relações entre as comunidades imigrantes e as sociedades de acolhimento poderá assentar na prática de uma “pedagogia intercultural” que permita não só o encontro dos imigrantes com a sua língua e cultura mãe mas também pelo estabelecimento de um conjunto de relações inter-comunitárias que favoreçam a aproximação entre os diferentes indivíduos e grupos sociais residentes no mesmo território e partilhando entre si o mesmo espaço social.

Relativamente ao nosso “estudo de caso”, os dados referidos quer sobre a emigração portuguesa em geral, quer sobre algumas das particularidades deste movimento numa aldeia dos arredores de Leiria permitiram-nos, embora ainda que de forma incipiente, detectar certas dificuldades que se levantam aos filhos de emigrantes nascidos no estrangeiro, ou mesmo em Portugal os quais referem, no seu conjunto, o mesmo tipo de problemas de natureza sócio-educacionais.

Com efeito se a permanência num país estrangeiro constitui, nalguns casos, uma possibilidade de alargamento dos conhecimentos ministrados na escola oficial, a interrupção brusca desse processo de aprendizagem revelou-se, pelo contrário, francamente negativo. São as dificuldades de adaptação do novo sistema educativo provocadas não só pelo fraco domínio da língua materna, ou ainda a comparação constante de outros padrões socioculturais e a deficiente integração na sociedade local que geram um certo mal estar e alguns conflitos, que se repercutem no rendimento escolar.

Em alguns casos, porém, não é a vivência num país estrangeiro que agrava as tensões e o rendimento escolar desses alunos. E a separação familiar e o deficiente acompanhamento nos estudos que provoca os mesmos efeitos, a que poderíamos juntar, em ambas as situações, uma débil "herança cultural" que não permite um rendimento mais eficaz nem tão pouco um entendimento mais cuidado da nova realidade social com que separam em Portugal. Realidade esta que numa comunidade marcada por um certo marasmo económico não deixa de fomentar a perspectiva de novas saídas e, raramente, uma aceitação plena dos projectos familiares, para o prosseguimento alargado dos estudos, além do Secundário Unificado.

Contrariamente do que poderíamos supor, o estreitamento dos laços de amizade constitui um dos factores preponderantes de integração na sociedade local dos jovens emigrantes regressados. O mesmo se poderá dizer dos que, embora afectados pela emigração, se vêm obrigados a viver na aldeia de origem dos seus familiares.

Para sempre?...

A resposta será inevitavelmente dada em função do desenvolvimento futuro da indústria e dos serviços, da agricultura e da própria emigração, uma vez que na ausência de novos postos de trabalho e de perspectivas, mais sedutoras, de entrada no mercado de emprego, agravar-se-ão, pelo desânimo e falta de incentivo, as possibilidades de promoção social porque aspira esta população. Estas aspirações são sentidas não só pela população afectada pela emigração, mas ainda pela restante, que com ela partilha geralmente os mesmos sentimentos e aspirações.

BIBLIOGRAFIA

ARROTEIA, Jorge Carvalho

1981 — "A escolaridade de crianças portuguesas no Luxemburgo".

in: Revista da Universidade de Aveiro-Série: Ciências da Educação; 2; 1-2; pp. 168-176.

1982 — "O meio social e a escola em contexto imigratório", in: Revista da Universidade de Aveiro-Série Ciências da Educação; 3; 2-2; pp. 119-126.

1983 — "Subsídios para o estudo da população escolar portuguesa em França"

in: Revista da Universidade de Aveiro-Série. Ciências da Educação; 4; 1 e 2; pp. 109-132.

- A emigração portuguesa: suas origens e distribuição. Lisboa: I.C.L.P. (Bib. Breve; n° 79)

1985 — Atlas da emigração portuguesa

Porto; Secretaria de Estado da Emigração/Centro de Estudos.

1986 — A emigração portuguesa no G.D. do Luxemburgo. Porto; Secretaria de Estado das

Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos.

C.E.P.

1977 — Desequilíbrios regionais

Lisboa; Centro de Estudos de Planeamento (Estudos Urbanos e Regionais: n° 13).

CHARBIT, Y. e BERTRAND, C.

1985 — "Les enfants de migrants restés ou revenus dans les pays d'origine du bassin méditerranéen"

in: Revue Européenne des Migrations Internationales;
1; 1; pp. 81-102.

CONSEIL DE UEUROPE

1978 — Rapport sur les migrants de la deuxième génération
Strasbourg; Conseil de l'Europe

1981 — La migration européenne dans les années 1980 —
tendances et politiques.

Strasbourg; Conseil de l'Europe

COSTA-LASCOUX, J.

1985 — "Filiations et dépendances institutionnelles:
les secondes générations"

in: Revue Européenne des Migrations Internationales;
1, 2: pp. 21-40

CRISTINO, Luciano

1971 — "Apontamentos de história local — Monte Redondo", in: A
voz do Domingo (1971-1972)

EVANGELISTA, João

1971 — Um século de população portuguesa (1864-1960) Lisboa;
I.N.E. — Centro de Estudos Demográficos

I.A.E.C.P.

1986 — Portugal na C.E.E. — conheça os seus direitos Lisboa;
Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas.

LEBON, A.

1985 — "Les populations étrangères en Europe"

in: Revue Européenne des Migrations Internationales; 1; 2; pp. 187-
203.

LOUREIRO, J. Evangelista
1985 — "Educação e desenvolvimento humano"
in: O futuro da educação nas novas condições sociais, económicas e tecnológicas
Aveiro; Universidade de Aveiro; pp. 11-30

MARTINS, Oliveira
1956 — Fomento rural e emigração
Lisboa; Guimarães Editores

PAIVA, Amadeu (org.)
1985 — Portugal e a Europa: o fim de um ciclo migratório Lisboa;
I.E.D. — C.E.D.E.P.

PEREIRA, Miriam H.
1981 — A política portuguesa de emigração: 1850-1930 Lisboa; A Regra do Jogo.

QUEIRÓS, Eça de
1979 — A emigração como força civilizadora
Lisboa; Perspectivas e Realidades

RIBEIRO, F. G. Cassola
1986 — Emigração portuguesa
Porto; Sec. de Estado das Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos.

RIBEIRO, Orlando
1955 — "Portugal" (Tomo V da Geografia de Espana Y Portugal)
Barcelona; Montaner y Simon

ROCHA - TRINDADE, M.B.
1973 — Immigrés portugais
Lisboa; Inst. Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina

S.E.A.R.L.

1981 — Livro branco sobre regionalização

Lisboa; S.E.A.R./M.A.I.

SERRÃO, Joel

1976 — Testemunhos sobre a emigração portuguesa Lisboa; Livros Horizonte

SILVA, Manuela e al.

1984 — Retomo, emigração e desenvolvimento regional em Portugal

Lisboa; I.E.D. (Caderno 8)

OUTROS:

- Boletim Anual (1980/81) (Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas)

- Recenseamento da População (X, XI e XII) (Instituto Nacional de Estatística)